# DECOLONIZAR A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA: INCULTURAÇÃO, MAGISTÉRIO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

*Elias Jordan Travassos de Sousa*[1]

**Resumo**

O estudo tem como objetivo refletir sobre a necessidade de decolonizar a celebração litúrgica, sem romper com a tradição, valorizando a realidade cultural de cada comunidade e favorecendo uma maior participação do povo. A metodologia combina pesquisa bibliográfica em teologia, com destaque para documentos do magistério eclesial e observação pastoral de experiências comunitárias que já realizam adaptações legítimas. Os resultados evidenciam que a liturgia sempre dialogou com culturas específicas. Conclui-se que decolonizar significa recuperar sua vocação original como expressão viva da fé.

**Palavras-chave**: Tradição. Povo de Deus. Cultura. Linguagem. Rito.

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a liturgia se desenvolveu em diálogo com as culturas, línguas e práticas nas diversas épocas e povos. Ou seja, "a fé cristã, desde suas origens, foi sempre uma fé inculturada" (Miranda, 2011, p. 15). Entretanto, existe uma visão eurocêntrica de que a liturgia é imutável, rígida e que não permite adaptações. Essa visão emoldurou os ritos, não dando espaço para que dialogassem com a realidade e cultura locais. Contudo, a vitalidade da celebração litúrgica não se esgota na execução das rubricas; ela também aparece na expressão de fé do povo concreto e no diálogo com sua cultura e sua realidade. A esse movimento é possível chamá-lo de inteligência da fé.

Decolonizar é um método crítico que visa desmantelar as estruturas

[1] O autor é mestrando em Teológica Sistemático-Pastoral, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Bolsista pela CAPES-PROSUC. E-mail: eliasjordan0308@gmail.com

coloniais ainda presentes nas formas de pensamento e, por conseguinte, nas relações sociais. É uma proposta de libertação de ideologias que não permitem outras formas de leitura e assimilação (Vergès, 2023, p. 58). É desafiar as normas dominantes que moldam a forma de pensar, permitindo e apreciando outras culturas e histórias.

Decolonizar a celebração litúrgica não é romper com a Tradição, nem tampouco reduzi-la a fragmentos. Mas compreende um movimento que busca reencontrar sua vitalidade original, mostrando que a celebração não é uniforme, mas plural. E essa pluralidade, que não é sinal de rachadura, mas de riqueza para a Igreja, Povo de Deus, é a capacidade de ler o cenário e discernir sobre ele; isso é a inteligência da fé.

Cada realidade local fala ao povo de um modo próprio, particular. A liturgia, que é a expressão da fé de uma comunidade concreta, não pode estar reduzida a um modelo único e imutável. Se a participação ativa dos fiéis é necessária (*Sacrosanctum Concilium*, n. 11), a liturgia precisa comunicar. O rosto do povo precisa aparecer na liturgia e no diálogo que dela emana entre a Tradição e a cultura local. Esse movimento promoverá e fortalecerá os laços de identidade e pertença comunitária.

Sendo a liturgia expressão da fé viva e orante do Povo de Deus, não se compreende que exista uma reprodução cristalizada e imutável de sua vivência. A liturgia é movimento dinâmico na vida daqueles que a celebram. Inculturar a liturgia, nesse caso, é compreender que existe um movimento necessário e profundo (Miranda, 2001, p. 10) que permite o diálogo entre o Evangelho e a cultural:

> Mesmo na liturgia da Igreja não deseja impor uma rígida uniformidade em matérias que não afetam a fé ou o bem de toda a comunidade [...] e considera que esta diversidade, longe de prejudicar a sua unidade, sublinha o seu valor (*Varietates Legitimae*, n. 1)

Com isso não se está dizendo que não existam estruturas e orientações previstas da prática litúrgica que precisam ser observadas, mas que essa prática não se esgote no "faz ou não faz" e "pode ou não pode".

Decolonizar a liturgia, portanto, não é um ato de desordem, nem tampouco de ruptura com a tradição litúrgica apagando o passado. A história que se constrói se torna memória daqueles a celebra:

> [...] quanto mais o homem conhece a realidade e o mundo, tanto mais conhece a si mesmo [...] o que chega a ser objeto do nosso conhecimento torna-se por isso mesmo parte da nossa vida (*Fides et Ratio*, n. 1).

É um reconhecimento da realidade local, valorizar a cultura do seu povo, com sua linguagem e atuação concreta. A proposta de Jesus não é contraditória, mas contextualizada (Miranda, 2001, p. 18). Com isso, se permite que a liturgia seja vivida de modo mais próximo do chão que cada comunidade conhece e toca.

## 2 O CONCEITO DE INCULTURAÇÃO

Na logística do mundo atual, a inculturação da fé diz respeito ao encontro entre fé e cultura. Esse encontro não é um ato passivo de quem recebe uma mensagem que vem de fora, como se a cultura e a religião fossem esferas separadas, mas como uma mensagem de fé que precisa se materializar na vivência concreta das pessoas:

> O Magistério da Igreja usou o termo inculturação para definir mais precisamente a encarnação do Evangelho nas culturas autônomas e, ao mesmo tempo e introdução destas culturas na vida da Igreja. A inculturação significa uma íntima transformação dos autênticos valores culturais pela sua integração no cristianismo e da implantação do cristianismo em diferentes culturas humanas (*Varietates Legitimae*, n. 4).

Desse ponto de vista, a linguagem simbólica é essencial. Ela trabalha para permitir uma maior e melhor participação dos fiéis (SC, n. 11), a partir de expressões que façam sentido a eles e à sua comunidade. Nesse caminho, a adaptação legítima não fere a liturgia. Pelo contrário, ela torna legível a melodia do Povo de Deus. Se o rito se tornar incompreensível, a comunidade celebrante se tornará uma plateia. Por isso, "a inculturação deve ser fruto de uma maturidade progressiva na fé do povo" (*Varietates Legitimae*, 1994, n. 5).

A liturgia nunca foi pensada para ser um evento estático, engessado, distante. A constituição *Sacrosanctum Concilium* é um grande marco que prova isso, quando buscou promover a participação dos fiéis, que seria ativa, plena e consciente (SC, n. 14). A experiência de inculturação da vida da Igreja (Fé e Inculturação, 1988, n. 11), é a condição de reconhecimento da realidade local do povo celebrante. É permitir que a liturgia fale a língua do povo; que ela use os seus símbolos e comunique o seu chão.

A reflexão que aqui se propõe é de uma adaptação legítima; de um diálogo com os contextos locais, nos quais a inculturação não diluirá a fé, mas permitirá que a mensagem crie raízes profundas naquela realidade própria, específica. E o Magistério reforça isso:

> A Igreja não deseja impor na liturgia uma rígida uniformidade para aquelas coisas que não dizem respeito à fé ou ao bem de toda a comunidade; mas respeita e procura desenvolver as qualidades e dotes de espírito das várias raças e povos (*Sacrosanctum Concilium*, n. 37).

## 3 A LEGITIMIDADE DO MOVIMENTO

Desde o Vaticano II, o Magistério Eclesial vem dando pistas da necessidade de decolonizar a liturgia e de inculturar a linguagem própria das comunidades:

> [...] a herança deixada pelos Apóstolos foi aceita de formas e modos diversos e desde os primórdios da Igreja cá e lá foi explicada de várias maneiras, também por causa da diversidade de gênio e condições de vida (*Unitatis Redintegratio*, n. 14).

Se bem observado, a Igreja não abdica dos seus dogmas, verdades da fé, pelo contrário: Ela distingue o que é substância da fé daquilo que é o modo de apresentá-la:

> Uma coisa é a substância do *depositum fidei*, isto é, as verdades contidas na nossa doutrina, e outra é a formulação com que são enunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance (Discurso de abertura do Concílio Vaticano II, n. VI).

Aqui fica claro que o objetivo nunca foi romper com a tradição, muito menos negligenciar ou sequer profanar um dogma, mas falar uma linguagem que chegue ao coração dos fiéis. Por isso, a estrutura ritual-linguística-simbólica precisa passar por uma espécie de tradução/adaptação para que chegue à compreensão daqueles que celebram a liturgia.

Desse ponto de vista, o Magistério não apenas permite, mas também encoraja o processo de inculturação para que se busquem formas de celebrar que toquem a realidade, que expressem a fé em linguagem acessível e significativa para cada comunidade, reconhecendo que a universalidade da Igreja se manifesta nas suas mais variadas expressões culturais e de fé.

Neste sentido, ao falar de decolonização da liturgia é importante reconhecer que a igreja católica tenha adotado como paradigma a liturgia romana, especificamente aquela praticada pelo sumo pontífice. Contudo, a mesma igreja abre a possibilidade que esta liturgia possa se adequar a diversos horizontes culturais.

> Fiel à própria tradição e simultaneamente consciente de sua missão universal, ela pode entrar em comunhão com as diversas formas de cultura, donde resultará um enriquecimento tanto para a Igreja como para as diferentes culturas (*Gaudium et Spes*, n. 58).

A Igreja reconhece que a liturgia é expressão viva da fé. Diante disso, ela precisa dialogar com os símbolos, linguagens e práticas culturais locais, ora purificando o que precisa, ora reconhecendo o que há de autêntico e verdadeiro. Cada povo pode celebrar a fé a partir da sua própria identidade. Desse ponto de vista, os ritos deixam de ser uma uniformidade colonial e passam a dialogar com as realidades locais. Se isso se concretizar, a liturgia será aberta, plural e enraizada nas histórias dos povos que a celebram.

## 4 A COMUNIDADE ATUANTE

A proposta é de que a comunidade não se torne passiva na celebração litúrgica, mas ativa e eficaz. Para isso, a Tradição precisa colocar os pés no chão da realidade local. Se a liturgia não levar o fiel a refletir sobre a própria vida, suas luzes e sombras, dores e alegrias do dia a dia, ela não comunicará o mistério celebrado e não encontrará eco na vida das pessoas:

> Daí a importância de se conhecer bem a realidade sociocultural de uma época para poder entender as expressões e práticas cristãs desse tempo. Só confrontadas a esse pano de fundo elas conseguem sua legitimidade e sua significação autêntica (Miranda, 2001, p. 19).

A Igreja universal não existe acima das Igrejas locais, mas existe nelas e através delas. É uma espécie de mosaico compartilhado: enquanto a Igreja universal guarda o núcleo da fé, as Igrejas locais têm o direito e a vocação de expressá-la em sua própria voz. Assim, a liturgia compreende um rito que se conecta ao mundo inteiro. A fé não perde a sua unidade quando se veste da cultura local, pelo contrário, ela se torna mais encarnada. E aqui está a beleza das comunidades particulares com seus costumes, culturas, sotaques, instrumentos musicais e vivências do dia a dia:

> [...] nossa fé só se tornará vida na medida em que penetrar nossa visão do mundo e nossos padrões de comportamento. Em suma, na medida em que se inculturar. Pois não inculturamos formulações ou práticas, e sim a própria vida. Daí constituir o divórcio entre fé e vida o grande escândalo dos países com maioria cristã, tal como acontece na América Latina (Miranda, 2001, p. 11)

O documento *Varietates Legitimae* regula a diversidade litúrgica ao dizer que

> A Fé em Cristo oferece a todas as nações a possibilidade de serem beneficiários da promessa e da partilha da herança do povo da aliança (Ef 3,6), sem renunciar à sua cultura [...] São Paulo abriu as portas da Igreja, não mantendo o Evangelho dentro das restrições da lei mosaica, mas mantendo o que ele mesmo havia recebido da tradição que veio do Senhor (*Varietates Legitimae*, 1994, n. 14).

Em um cenário mundial que se encontra hiperconectado, em uma liturgia que se apresenta, por vezes, inflexível, oferecer a Deus um louvor que parte da própria história e identidade é, sem sombra de dúvidas, ima experiência inovadora, libertadora e fecunda. O rito não pode ser visto como um fóssil, mas como um organismo vivo, que comunica, interage e liberta. Se isso não estiver claro para a Igreja, ela precisará de um novo *aggiornamento* para que consiga comunicar novamente a sua Verdade: "A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época" (*Evangelii Nuntiandi*, n. 20).

Embora o Vaticano II já tenha mostrado a importância de uma inculturação da liturgia, por vezes ainda persiste um receio de que esse processo venha a romper com o passado. Mas o objetivo da inculturação não é gerar ambiguidades, nem aceitar ritos mágicos, superstições, espiritismos, vinganças ou outros ritos, nem tampouco é utilizada para fins políticos (*Varietates Legitimae*, 1994, n. 48-49), mas anunciar ao Povo de Deus, em sua própria linguagem e cultura, os mistérios da salvação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler a realidade é o primeiro passo para o processo de decolonização da liturgia. Toda fé é expressão de um contexto e nele se manifesta. Valorizar a cultura não é diluir o sagrado, mas encarná-lo. O universal e o local não são inimigos. A cultura local permite que o mistério se torne transparente para adentrar a vida e a dinâmica da comunidade que a celebra.

Decolonizar a liturgia não é inovar, mas recuperar a vocação original do rito, que é ser bússola, ponte, entre o Mistério de Cristo e a comunidade que o celebra. Dessa perspectiva, a liturgia decolonial é um convite à coragem pastoral de descer das cátedras e púlpitos para celebrar a fé no chão de cada realidade, com o sotaque, as cores e as raízes do seu povo. Nesse compasso, a liturgia precisa ser capaz de se expressar em todas as culturas, mas mantendo a sua identidade e fidelidade à Tradição (*Varietates Legitimae*, 1994, n. 18).

A decolonização da liturgia traz, portanto, uma visão crítica diante das justificativas dadas em nome da Tradição, mas que acabam, por vezes, comprometendo a participação ativa dos fiéis. É permitir que o Evangelho floresça em cada chão, onde a Páscoa é celebrada e anunciada em múltiplas vozes.

Decolonizar e inculturar podem ser a sinfonia tocada pela liturgia para expressar, na pluralidade das culturas, a universalidade da fé. Legitimar as adaptações litúrgicas é um caminho necessário na vida da Igreja, para que ela esteja aberta e seja capaz de acolher a diversidade, sem perder a unidade. Ao tocar as realidades pontuais, permitindo a relação entre Evangelho e cultura, a celebração se torna lugar de comunhão e libertação.

## REFERÊNCIAS

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Fé e inculturação*. In: VATICAN.VA. [1988]. Site. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1988_fede-inculturazione_po.html. Acesso em 8 set. 2026.

CONCÍLIO VATICANO II. *Discurso de sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio*. In: VATICAN.VA. [1962]. Site. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em 12 set. 2026.

CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS. *Varietates Legitimae*: a inculturação e a liturgia romana. [1994]. Site. Disponível em: https://altierezdossantos.com/documento/varietates-legitimae-a-inculturacao-e-a-liturgia-romana/. Acesso em 29 ago. 2026.

DOCUMENTOS DO PAPA PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*. São Paulo: Paulus, 1997.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Gaudium et Spes*. São Paulo: Paulus, 1997.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Sacrosanctum Concilium*. São Paulo: Paulus, 1997.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Unitatis Redintegratio*. São Paulo: Paulus, 1997.

JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Fides et Ratio*. 10ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

MIRANDA, Mário de França. *Inculturação da fé*: uma abordagem teológica. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

VERGÈS, Françoise. *Decolonizar o museu*: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.